



**ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO**

EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) nº: 017/2026

REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 669/2026

PROCESSO 1DOC Nº 505/2026

DATA: 25/08/2026

HORÁRIO: 08:00 horas

LOCAL: Por meio da INTERNET através do site: <https://bnccompras.com/Home/Login>

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Orçamento sigiloso

O orçamento da Administração é sigiloso, com fundamento no art. 24 da Lei nº 14.133/2021, e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

Justifica-se o uso do orçamento sigiloso uma vez que a depender do mercado, a publicação do orçamento estimado da contratação ocasiona o chamado efeito âncora, elevando os preços das propostas ao mais próximo possível do valor de referência da Administração.

Nessas situações, a consagração de princípios próprios da Administração Pública (interesse público e eficiência, sobretudo) recomendam que o preço orçado pela Administração seja mantido sob sigilo até o fim da disputa pelo contrato.

Por fim, de um modo geral, é possível dizer que há julgados no TCU sobre a divulgação do orçamento estimado da contratação no pregão que apontam para o seguinte entendimento:

a) a Administração não está obrigada a divulgar no edital ou em seus anexos o orçamento de referência da contratação; b) em regra, os editais de pregão que não divulgarem o orçamento da Administração devem indicar o modo pelo qual os interessados terão acesso a esse documento a qualquer tempo; c) nos casos em que a divulgação do orçamento de referência da contratação puder ocasionar prejuízo na busca pela proposta mais vantajosa, a Administração deverá disponibilizar tal documento apenas ao fim da etapa de lances do pregão.

Desta forma e por todo justificado anteriormente, este Pregoeiro informa aos Licitantes que o orçamento estimado é público, mas ele se mantém acessível apenas para os serviços administrativos (internamente) e para os órgãos de controle Interno e Externo. Nessa linha, o orçamento estimado da contratação no pregão não consta do edital, mas está no processo do certame e deve ser disponibilizado para os interessados que



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

o solicitem, tornando público apenas divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas no Termo de Referência.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Agente Contratante, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica <https://bnccompras.com/Home/Login>. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela sua equipe responsável pela equipe de elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

Para consulta e conhecimento dos interessados, a cópia do Edital, permanecerá fixada no quadro de avisos e publicações da Prefeitura, situado à rua 5, área especial, Centro Administrativo Rumenos Sarkis, Setor Oeste, Padre Bernardo-GO.

O Edital será fornecido gratuitamente aos interessados bem como poderá ser acessado nos sites: www.padrebernardo.go.gov.br, <https://bnccompras.com/Home/Login>, ou requerido através do e-mail: licitacao@padrebernardo.go.gov.br.

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Padre Bernardo/GO**, por meio do Agente de Contratação Oficial, nomeado através do Decreto Municipal nº 247, de 10 de julho de 2025, com sede na rua 5, área especial, Centro Administrativo Rumenos Sarkis, Setor Oeste, Padre Bernardo-GO, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, via registro de preços, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as exigências estabelecidas neste Edital.

1. OBJETO:

1.1. Contratação de pessoa jurídica para fornecimentos de filtros, óleos lubrificantes, peças de reposição e acessórios originais, destinados à manutenção corretiva e preventiva, reforma e conservação dos veículos escolares e da frota própria da Secretaria Municipal de Educação, visando assegurar a continuidade dos serviços públicos, a segurança no transporte escolar e a adequada conservação do patrimônio público.



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta do recurso orçamentário oriundo do Orçamento de 2026, conforme seguem no Termo de Referência:

06.28.12.361.0390.2.020 - Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.30 - Material de Consumo - Ficha 446.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no Sistema Bolsa Nacional de Compras - BNC que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio <https://bnc.org.br/>.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema Bolsa Nacional de Compras - BNC e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1.A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. A participação no presente Pregão Eletrônico se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema Bolsa Nacional de Compras - BNC, disponível no endereço eletrônico <https://bnc.org.br/>.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Pode haver ou não, neste edital, itens de participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

4.7. No presente certame será concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, micro empreendedor individual – MEI sediados no DISTRITO FEDERAL e na MICRORREGIÃO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL, na qual estão inseridos os municípios de Abadiania, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Cristalina, Fomosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antonio do Descoberto, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício. (FONTE DO IBGE).

4.8. O tratamento favorecido de que trata neste item visa promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito da microrregião de Padre Bernardo, de acordo com a determinação da Lei Complementar nº 123/2006.

4.9. O tratamento favorecido de que trata este item foi apreciado pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás por meio da Instrução normativa nº 008/2016, pela qual, o referido tribunal, estabeleceu orientação aos municípios Goianos para que fosse definido nos editais de licitação o limite geográfico abrangido pela reserva. Veja-se:

4.10. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 0038/16 – ART. 2º. Nas contratações públicas de bens, materiais e obras deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, veicular rural pessoa física, micro empreendedor individual – MEI e sociedades cooperativas de consumo, nos termos desta Instrução Normativa, com o objeto de :

4.10.1. I – promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional;

4.10.2. II – ampliar a eficiência das políticas públicas;

4.10.3. III – incentivar a inovação tecnológica .



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

4.10.4. § 1º. Para efeitos desta Instrução normativa considera-se:

4.10.5. I – âmbito local – limites geográficos do Município onde será entregue o objeto da contratação

4.10.6. II – âmbito regional – limites geográficos da mesorregião ou microrregião, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

4.11. Não poderão disputar esta licitação:

4.11.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.11.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.11.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.11.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.11.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.11.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.11.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.11.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.11.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

4.11.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.11.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.12. O impedimento de que trata o item 4.11.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.11.2 e 4.11.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.15. O disposto nos itens 4.11.2 e 4.11.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.17. A vedação de que trata o item 4.11.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

5.4. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará que:**

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da



ESTADO DE GOIÁS GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.7. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, quando aplicável:



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

- 6.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;
- 6.1.2. Marca de cada item ofertado, se houver;
- 6.1.3. Fabricante de cada item ofertado, se houver;
- 6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.8.
- 6.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o



ESTADO DE GOIÁS

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

- 7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 7.12.1. Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 7.12.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.12.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.12.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.12.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.12.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.16. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 7.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



ESTADO DE GOIÁS GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

7.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entrelances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.20.2.2. empresas brasileiras;

7.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.21.4. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.21.5. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.22. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Impedidos de licitar (<https://www.tcmgo.tc.br/site/tcm-em-acao/impedidos-de-licitar-ou-contratar/>)
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.7.1. conter vícios insanáveis;
- 8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:



ESTADO DE GOIÁS

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

- 8.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 8.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 8.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante;
- 8.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 8.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

8.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundoclassificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Após a fase de julgamento, o licitante vencedor deverá cadastrar/anexar os documentos de habilitação no sistema, no prazo de até 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação.

9.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.3. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O AGENTE DE CONTRATAÇÃO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, E AINDA NOS SEGUINTE CADASTROS:

9.3.1. Possuir Cadastro no (BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS);

9.3.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

9.3.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.3.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>.

9.3.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.3.5.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.3.5.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.3.5.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.3.6. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.3.7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência de empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do



ESTADO DE GOIÁS GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

(BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS), em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.

9.4.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do (BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS), para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.8. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.8.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.9. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.9.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, acargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.9.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.9.3. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.9.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.9.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.9.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro do art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.9.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.9.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.10. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

9.10.1. A regularidade fiscal deverá ser verificada pelo Agente de Contratação. A regularidade fiscal será comprovada pelos seguintes documentos:

9.10.1.1. **CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso;

9.10.1.2. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.10.1.3. **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;

9.10.1.4. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.10.1.5. **Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual**, através da Certidão Negativa junto aos Estado em que o licitante é domiciliado.

9.10.1.6. **Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal**, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, da sede da licitante;

9.11. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

9.11.1. **Certidão de Falência ou Recuperação Judicial** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, datados dos últimos 60 (sessenta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. **Admite-se a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de processo de licitação (Acórdão 1201/2020 – TCU Plenário);**

9.11.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

9.11.3. Declaração datada e assinada pelo representante legal e contador da empresa, demonstrando a boa situação financeira da empresa, comprovada pelo atendimento dos seguintes índices financeiros, calculados tendo como base o balanço patrimonial apresentado:

a) Índice de Liquidez Geral (ILG), igual ou superior a 1,0 (uma vírgula zero) - Fórmula: $ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$;

b) Índice de Liquidez Corrente (ILC), igual ou superior a 1,0 (uma vírgula zero) - Fórmula: $ILC = (AC / PC)$;

c) Índice de Solvência Geral (ISG), igual ou superior a 1,0 (uma vírgula zero) - Fórmula: $ISG = AT / (PC + ELP)$; Onde: AC = Ativo Circulante; AT = Ativo Total; PC = Passivo Circulante; ELP = Exigível a Longo Prazo; RLP = Realizável a Longo Prazo.

9.12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

9.12.1. A qualificação técnica será verificada pela compatibilidade do objeto social do licitante com o objeto deste edital.

9.12.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13. No mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, em nome do licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste certame.

9.14. **PARA AS MICROEMPRESAS – ME e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP**

A). No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

B). No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seu administrador;

C) Declaração comprovando que se enquadra na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, ou documento oficial onde conste que a empresa está enquadrada como ME ou EPP.

9.15. **Alvará de Funcionamento emitido pelo Município Sede da Empresa, devidamente regularizado.**

9.16. OUTRAS COMPROVAÇÕES.

9.16.1. **Declaração** de ME/EPP caso a licitante se enquadre nesta condição, podendo ser utilizado o modelo constante do **Anexo II**;

9.16.2. **Declaração** de Pleno Atendimento, podendo ser utilizado o modelo constante do **Anexo III**;

9.16.3. **Declaração** de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, podendo ser utilizado o modelo constante do **Anexo IV**;

9.16.4. **Declaração** de Conformidade emitida pelo fabricante ou por laboratório certificado, atestando que as peças fornecidas atendem rigorosamente às normas técnicas vigentes da ABNT e aos padrões internacionais de qualidade ISO aplicáveis ao setor automotivo:

9.16.4.1. A declaração deve garantir explicitamente que os itens ofertados neste edital foram fabricados sob processos controlados e testados para suportar o regime de uso severo da atividade.

9.17. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, esta será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.18. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.19. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

9.20. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.21. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.22. O Agente de Contratação, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

9.23. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.24. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

- 11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- 11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

- 12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados nos sítios eletrônicos: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, <https://bnc.org.br/> e <https://padrebernardo.go.gov.br/>.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista no Edital.

13.2. Comete infração administrativa nos termos da Lei federal nº 14.133 de 1 de abril de 2021 a CONTRATADA que:

- i. Executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- ii. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- iii. Fraudar na execução do contrato;
- iv. Comportar-se de modo inidôneo;
- v. Cometer fraude fiscal;
- vi. Não manter a proposta.

13.3. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.4. Advertência, nos casos de menor gravidade;

13.5. Multa: 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no da recusa do adjudicatário em firmar o contrato, dentro de 05 (cinco) dias contados da data de sua convocação;

13.6. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor total da parte do fornecimento ou serviço não realizado; b.3) 0,7% (sete décimos por cento), por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado.

13.7. As multas previstas no subitem “13.5” deste instrumento poderão, a critério da Administração, ser aplicadas isoladas ou conjuntamente com outras sanções, a depender do grau de infração cometida pelo adjudicatário;

13.8. Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis ou serem deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente;

13.9. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE PADRE BERNARDO-GO, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

13.10. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria



ESTADO DE GOIÁS

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

13.11. Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do (a) PREFEITURA MUNICIPAL DE PADRE BERNARDO-GO, e, no que couber, às demais penalidades referidas na Lei federal nº 14.133 de 1 de abril de 2021.

13.12. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceitos pela Administração do Órgão, a licitante vencedora ficará isenta das penalidades mencionadas.

13.13. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a Administração do (a) PREFEITURA MUNICIPAL DE PADRE BERNARDO- GOIAS, poderá ser aplicada à licitante vencedora juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.14. Também ficam sujeitas às penalidades da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos.

13.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CONTRATANTE, observando o princípio da proporcionalidade.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: em campo próprio do Sistema Eletrônico BNC <https://bnc.org.br/>.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://padrebernardo.go.gov.br/>.

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II - Modelo Declaração MicroEmpresa;

ANEXO III – Declaração de Pleno Atendimento;

ANEXO IV – Modelo de Declaração de Cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;

ANEXO V – Modelo de Ata de Registro de Preços;

ANEXO VI – Modelo Proposta de Preços;

Padre Bernardo-Go, 06 de agosto de 2026.

Paulo Vitor Monteiro Ramos
Pregoeiro (Substituto)



**ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO**

**ANEXO I
EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) nº: 017/2026**

**PROCESSO Nº 669/2026
PROCESSO 1DOC Nº 505/2026**

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETIVO

1.1. O presente processo tem por objetivo a eventual contratação de empresa especializada, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para o fornecimento de filtros, óleos lubrificantes, peças de reposição e acessórios originais, destinados à manutenção corretiva e preventiva, reforma e conservação dos veículos escolares e da frota própria da Secretaria Municipal de Educação, visando assegurar a continuidade dos serviços públicos, a segurança no transporte escolar e a adequada conservação do patrimônio público.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

2.1. Os itens a serem fornecidos deverão ser novos, de primeira qualidade, em perfeito estado de uso, atendendo integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo, sendo vedado o fornecimento de materiais reconicionados, remanufaturados ou usados.

2.2. As propostas deverão conter a descrição completa, detalhada e individualizada dos materiais ofertados, não sendo admitidas descrições genéricas, vagas ou imprecisas, de forma a não ensejar dúvidas quanto à análise, julgamento e verificação da conformidade do objeto com as exigências técnicas estabelecidas.

2.3. Os licitantes deverão informar obrigatoriamente as marcas dos materiais cotados, sendo exigido que todas as mercadorias sejam de primeira linha, de modo a assegurar a qualidade, durabilidade e segurança, justificando-se tal exigência pela necessidade de preservar o bom funcionamento da frota da Secretaria Municipal de Educação e evitar a aquisição de materiais de padrão inferior.

2.4. As especificações constantes neste Termo estabelecem padrão mínimo de qualidade, sendo aceitos apenas materiais de qualidade igual ou superior àquelas descritas, vedada a oferta de produtos inferiores.

2.5. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem itens em desconformidade técnica, qualidade inferior à exigida ou que deixem de atender às especificações previstas neste Termo.

3. MOTIVAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Educação do Município de Padre Bernardo – GO, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, desempenha diversas atividades essenciais à população, dentre as quais se destacam o transporte escolar e o suporte operacional às unidades de ensino, realizados em todo o território municipal.

3.2. A execução contínua desses serviços demanda apoio logístico adequado e compatível com a realidade do Município, especialmente no que se refere à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos escolares. A inexistência de planejamento adequado para a aquisição de peças e insumos essenciais tem ocasionado a necessidade de contratações emergenciais por dispensa de licitação, situação que compromete a otimização dos recursos financeiros e humanos, além de dificultar o adequado planejamento administrativo.



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

3.3. A presente licitação justifica-se pela necessidade de realização de reformas e manutenções nos veículos escolares, sendo imprescindível a aquisição de peças, filtros, óleos lubrificantes e acessórios, indispensáveis ao pleno funcionamento, à segurança operacional e à conservação da frota.

3.4. Dessa forma, a contratação pretendida visa assegurar a continuidade do transporte escolar, promover a longevidade da vida útil dos veículos, reduzir custos com manutenções emergenciais e garantir maior segurança, eficiência e qualidade na prestação do serviço público educacional, atendendo ao interesse público e aos princípios da eficiência, planejamento e economicidade, previstos na Lei nº 14.133/2021.

4. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

ITEM	QUANTIDADE	UN.	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
	SOLICITADA			
00001	30	UN	28500	2º MOLA TRASEIRA MARCOPOLLO VOLARE W8 ON; ANO 2011/2012 E W9 ESCOLAR ANO 2012/2013/2014
00002	30	UN	17390	2ª MOLA DIANTEIRA - MARCOPOLLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00003	20	UN	28502	3º MOLA DIANTEIRA MARCOPOLLO VOLARE W8 ON; ANO 2011/2012 E W9 ESCOLAR ANO 2012/2013/2014
00004	20	UN	28503	3º MOLA TRASEIRA MARCOPOLLO VOLARE W8 ON; ANO 2011/2012 E W9 ESCOLAR ANO 2012/2013/2014
00005	30	UN	28504	AJUSTADOR MANUAL Z24 - CUIÇA DE FREIO MARCOPOLLO VOLARE W8 ON; ANO 2011/2012 E W9 ESCOLAR ANO 2012/2013/2014
00006	40	UN	28506	AMORTECEDOR TRASEIRO MARCOPOLLO VOLARE W8 ON; ANO 2011/2012 E W9 ESCOLAR ANO 2012/2013/2014
00007	40	UN	17399	AMORTECEDOR DIANTEIRO - MARCOPOLLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00008	50	UN	17400	ARRUELA - SUSPENSÃO - MARCOPOLLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00009	10	UN	17826	BOBINA PARTIDA - BOBINA CAMPO - MARCOPOLLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00010	50	UN	17827	BUCHA DE ESTABILIZADOR DE PONTA - MARCOPOLLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00011	50	UN	17067	BUCHA DE ESTABILIZADOR DIANTEIRA CENTRAL - MARCOPOLLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00012	50	UN	17829	BUCHA DE ESTABILIZADOR TRASEIRA CENTRAL - MARCOPOLLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00013	50	UN	17405	BUCHA DE MOLA DIANTEIRA - MARCOPOLLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00014	50	UN	17406	BUCHA DE MOLA TRASEIRA - MARCOPOLLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00015	10	UN	17832	CAPA DE MANGUEIRA 1/2 - MARCOPOLLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

00016	3	UN	17833	CAPA DE MANGUEIRA 3/8 - MARCOPOLLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00017	60	UN	28508	CAPA DO MARTELINHO MARCOPOLLO VOLARE W8 ON; ANO 2011/2012 E W9 ESCOLAR ANO 2012/2013/2014
00018	30	UN	17414	CATRACA DIANTEIRA AUTOMÁTICA - MARCOPOLLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00019	30	UN	17415	CATRACA DIANTEIRA MANUAL - MARCOPOLLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00020	30	UN	17416	CATRACA TRASEIRA AUTOMATICA - MARCOPOLLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00021	30	UN	17418	CATRACA TRASEIRA MANUAL - MARCOPOLLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00022	10	UN	17420	COLAR DE EMBREAGEM - MARCOPOLLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00023	20	UN	17431	CORREIA TENSORA - MARCOPOLLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00024	20	UN	28509	CORREIA DO ALTERNADOR VOLKSWAGEN MAN MARCOPOLLO VOLARE W8 ON; ANO 2011/2012 E W9 ESCOLAR ANO 2012/2013/2014
00025	40	UN	17083	CRUZETA DE CARDAM - MARCOPOLLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00026	20	UN	28510	CUICA TRASEIRA MARCOPOLLO VOLARE W8 ON; ANO 2011/2012 E W9 ESCOLAR ANO 2012/2013/2014
00027	50	UN	17084	DIAFRAGMA DA CUICA DE FREIO - MARCOPOLLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00028	30	UN	24519	KIT EMBREAGEM 362 MM - MARCOPOLLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00029	40	UN	17845	EMENDA DE ENGATE RÁPIDO Nº 04 - METAL COM PORCA - MARCOPOLLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00030	40	UN	18096	EMENDA DE ENGATE RAPIDO Nº 06 - METAL COM PORCA - MARCOPOLLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00031	40	UN	17847	EMENDA DE ENGATE RAPIDO Nº 10 - METAL COM PORCA - MARCOPOLLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00032	40	UN	17467	EMENDA DE ENGATE RAPIDO Nº 12 - METAL COM PORCA - MARCOPOLLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00033	15	UN	18173	ESTATOR DE ALTERNADOR - MARCOPOLLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00034	20	UN	18036	ESTICADOR DE CORREIA - MARCOPOLLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

00035	16	UN	28511	FILTRO DE COMBUSTIVEL PSC 706 + OLEO DE MOTOR 1SW40 - VOLKSWAGEN MARCOPOLO VOLARE W8 ON; ANO 2011/2012 E W9 ESCOLAR ANO 2012/2013/2014
00036	16	UN	28512	FILTRO RACO PSD 981 VOLKSWAGEN
00037	16	UN	28513	FILTRO DE AR 2RO 129620 VOLKSWAGEN
00038	20	UN	28514	FILTRO VÁLVULA PUK 042676
00039	20	UN	28241	FILTRO DE AR AP 7998 VOLKSWAGEN 2018
00040	16	UN	28515	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 283 VOLKSWAGEN
00041	16	UN	28516	FILTRO RACO 9794770015 KZ MERCEDES
00042	16	UN	28517	FILTRO LUBRIFICANTE PEL 2003/15190 MERCEDES
00043	20	UN	28260	FILTRO DE AR ARS 9839 MERCEDES
00044	20	UN	28518	FILTRO DE AR AS 820 VOLKSWAGEN
00045	20	UN	28519	FILTRO DE AR SECUNDÁRIO ASR 839 MERCEDES
00046	10	UN	28520	FIO PARA INSTALAÇÃO ELÉTRICA VEICULAR 6+8+10
00047	20	UN	17093	FITA ISOLANTE GRANDE COM COLA
00048	40	UN	13618	FUSÍVEL LAMINA
00049	10	UN	28523	GARFO DE EMBREAGEM
00050	30	UN	18105	GRAMPO DE MOLA - MARCOPOLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00051	30	UN	18106	IMPULSOR DE PARTIDA - BENDIX MOTOR DE PARTIDA - MARCOPOLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00052	15	UN	28524	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA TRATOR FIATALLIS 7 D
00053	10	UN	03607	JUNTA LÍQUIDA
00054	30	UN	17861	KIT DE BARRA ESTABILIZADORA TRASEIRA/DIANTEIRA - MARCOPOLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00055	5	UN	28525	KIT JUNTA PARTE SUPERIOR VW COMPLETA
00056	40	UN	17865	LÂMPADA 1 POLO 12 + 24V - MARCOPOLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00057	40	UN	28527	LÂMPADA 2 POLO 12+24V-1034
00058	60	UN	17546	LÂMPADA FAROL H7 + 12V + 24V - MV W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00059	40	UN	28528	LÂMPADA H4 12V+24V
00060	10	UN	17502	LANTERNA DIANTEIRA - - MV: W8 ON: 2011/2012 E W9 ESC: 2012/2013/2014
00061	10	UN	27331	LANTERNA TRASEIRA - CAM. FORD CARGO 1719, ANO 2012
00062	80	UN	28529	LONA DE FREIO TRASEIRO/DIANTEIRO JOGO MARCOPOLO VOLARE W8 ON; ANO 2011/2012 E W9 ESCOLAR ANO 2012/2013/2014



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

00063	10	UN	17872	LUVA DE CARDAN + PONTEIRO DO CARDAM - MARCOPOLLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00064	5	UN	17554	MANGA DE EIXO DIANTEIRO - MV - W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00065	3	UN	17116	MANGUEIRA 1/2 TEFLON
00066	2	UN	17557	MANGUEIRA 3/8 TEFLON - MV W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00067	20	MT	28530	MANGUEIRA FINA PARA ESTAÇÃO ENCAPAR FIO ELÉTRICO
00068	20	UN	28531	MASTER MOLA ESTACIONAMENTO-CUÍCA DE FREIO 24
00069	30	UN	17120	MARTELINHO QUEBRA VIDRO DE SEGURANÇA
00070	10	UN	17121	MOLA DE PATIM PEQUENO
00071	30	UN	17134	MOLA MESTRE DIANTEIRA
00072	30	UN	17564	MOLA MESTRE TRASEIRA - MV W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00073	10	UN	17975	MOTOR DE LIMPADOR DE PARABRISA - VW/15,190 EOD SUPER 2010/2011
00074	30	UN	18254	PALHETA DE PARABRISA - MARCOPOLLO VOLARE W8 ON 2011/2012 W9 ESC 2012/2013/2014
00075	6	UN	28532	PARABRISA
00076	20	UN	17528	PARAFUSO DE ABRAÇADEIRA - MV - W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00077	45	UN	18134	PINO DE CENTRO - MARCOPOLLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00078	15	UN	17570	POLIA LISA - MV W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00079	10	UN	17531	POLIA TENSORA - MV W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00080	40	UN	17532	PORCA DE GRAMPO - MV W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00081	15	UN	17573	PORTA ESCOVA COM ESCOVA - MV W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00082	5	UN	18438	ARREBITE
00083	30	UN	28534	RETENTOR CUBO DE RODA TRASEIRO
00084	15	UN	17577	RETIFICADOR - REGULADOR - VOLTAGEM - MV W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00085	20	UN	17578	ROLAMENTO COMPLETO DO SUPORTE CARDAM 40 - MV W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00086	40	UN	28535	ROLAMENTO COMPLETO DO SUPORTE CARDAM 45
00087	30	UN	28537	ROLAMENTO RODA DIANTEIRO INTERNO/EXTERNO
00088	30	UN	28538	ROLAMENTO RODA TRASEIRO INTERNO/EXTERNO
00089	10	UN	17903	ROLAMENTO TENSOR - MARCOPOLLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

00090	20	UN	17152	ROLETE PATIM DE FREIO
00091	15	UN	17905	SELONOIDE MOTOR DE PARTIDA - OPTMATIC - MARCOPOLLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00092	38	UN	26418	TAMBOR DE FREIO
00093	10	UN	17156	TERMINAL BATERIA SAPÃO 6MM PARAFUSO
00094	20	UN	18190	TERMINAL DE DIREÇÃO - MARCOPOLLO VOLARE W8 ON: 2011/2012 E W9 ESC: 2012/2013/2014
00095	10	PC	17910	TRAVA PRISIONEIRO - MARCOPOLLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00096	5	UN	28541	VÁLVULA REGULADORA FREIO
00097	10	CX	17592	DISCO TACÓGRAFO - 180 - 1 DIA- MV W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00098	20	CX	17161	DISCO TACOGRAFO - 180 - 7 DIAS
00099	20	CX	17594	DISCO TACÓGRAFO - 125 - 2 DIAS - MV W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00100	20	UN	17595	BOBINA DE TACOGRAFO - MV W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00101	5	UN	28543	MÓDULO CENTRAL
00102	10	UN	26918	SENSOR DE VELOCIDADE
00103	10	UN	18162	CHAVE DE RODA - CRUZ - MARCOPOLLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00104	10	UN	17922	TURBINA - MARCOPOLLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00105	10	UN	18164	MOTOR DE PARTIDA - MARCOPOLLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00106	15	UN	28544	MACACO HIDRÁULICO-12 TN
00107	1	UN	18166	CARREGADOR DE BATERIA - LEVE E PESADO - MARCOPOLLO VOLARE W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00108	30	UN	17170	BATERIA DE 150A
00109	30	UN	17604	BATERIA DE 100 A - MV W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00110	10	UN	17608	JUNTA CABEÇOTE - MV W8 ON: 2011 / 2012 E W9 ESC: 2012 / 2013 / 2014
00111	10	UN	49224	TERMINAL DE DIREÇÃO
00112	10	UN	49225	PINGO DE MANGO DE EIXO
00113	10	UN	49226	EMBUCHAMENTO DO S
00114	12	UN	17935	AMORTECEDOR DIANTEIRO - IVECO CITY CLASS: 70C16; 2013 / 2013 E 70C17; 2014 / 2014
00115	12	UN	17936	AMORTECEDOR TRASEIRO - IVECO CITY CLASS 70C16 2013/2013 E 70C17 2014/2014
00116	3	UN	17611	BORRACHA DE PARABRISA - IVECO CITYCLASS 70C16 2013/2013 E 70C17 2014/2014



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

00117	3	UN	17938	CORREIA DO TENSOR - IVECO CITYCLASS 70C16 2013/2013 E 70C17 2014/2014
00118	10	UN	24542	CRUZETA DO CARDAM - IVECO CITYCLASS 70C16 2013/2013 E 70C17 2014/2014
00119	8	UN	17614	DISCO DE FREIO DIANTEIRO VENTILADOR - IVECO CITYCLASS 70C16 2013/2013 E 70C17 2014/2014
00120	8	UN	17615	DISCO DE FREIO TRASEIRO VENTILADOR - IVECO CITYCLASS 70C16 2013/2013 E 70C17 2014/2014
00121	4	UN	17616	MANGUEIRA DO RADIADOR - MANGOTE IVECO CITYCLASS 70C16 2013/2013 E 70C17 2014/2014
00122	3	UN	28548	PARABRISA IVECO CITYCLASS 70C16 70C17
00123	12	UN	28549	PARTILHA DE FREIO JOGO DIANTEIRO/TRASEIRO IVECO CITY CLASS 70C16 70C17
00124	4	UN	28550	PONTEIRA DO CARDAN + LUVA IVECO CITY CLASS 70C16 70C17
00125	10	UN	28551	ROLAMENTO COMPLETO DO SUPORTE DE CARDAN IVECO CITY CLASS 70C16 70C17
00126	3	UN	28552	ROLAMENTO DO TENSOR IVECO CITY CLASS 70C16 70C17
00127	5	UN	17623	SONDA LAMINA - IVECO CITYCLASS 70C16 2013/2013 E 70C17 2014/2014
00128	6	UN	28553	TENSOR IVECO CITY CLASS 70C16 70C17
00129	8	UN	17625	TERMINAL DE DIREÇÃO - IVECO CITYCLASS 70C16 2013/2013 E 70C17 2014/2014
00130	6	UN	17626	PALHETA DE PARABRISA - IVECO CITY CLASS: 70C16; 2013 / 2013 E 70C17; 2014 / 2014
00131	10	UN	28554	MOTOR DE LIMPADOR DE PARABRISA IVECO CITY CLASS 70C16 70C17
00132	5	UN	28556	VÁLVULA REGULADORA FREIO IVECO CITY CLASS 70C16 70
00133	4	UN	17630	MOTOR DE PARTIDA - IVECO CITYCLASS 70C16 2013/2013 E 70C17 2014/2014
00134	6	UN	17955	BATERIA - 100 - IVECO CITY CLASS: 70C16; 2013 / 2013 E 70C17; 2014 / 2014
00135	5	UN	17632	BOBINA DE TACOGRAFO - IVECO CITY CLASS 70C16 2013/2013 E 70C17 2014/2014
00136	4	KT	17634	KIT (PISTÃO, ANEIS E CAMISA) - ANO 2009 / 2010 - VW15.190 EOD SUPER – 2010/2011
00137	4	UN	17642	JUNTA MOTOR COMPLETO - VW/15,190 EOD SUPER 2010/2011
00138	4	UN	26837	BRONZINA DE BIELA E MANCAL VW/15.190 EOD SUPER 2010/2011
00139	4	UN	18201	PARABRISA - CAIO FOZ 2500 INTEIRIÇO -VW/15,190 EOD SUPER 2010/2011
00140	4	UN	22574	BORRACHA PARABRISA - VW/15.190 EOD SUPER 2010/2011
00141	20	UN	17652	ROLAMENTO DE CENTRO - VW/15,190 EOD SUPER 2010/2011



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

00142	20	UN	17653	ROLAMENTO DE CARDAM - VW/15,190 EOD SUPER 2010/2011
00143	16	UN	17654	RETENTOR DE RODA - VW/15,190 EOD SUPER 2010/2011
00144	10	UN	17966	ROLAMENTO DE RODA - VW/15,190 EOD SUPER 2010/2011
00145	4	UN	18208	FLEXIVEL DO ESCAPAMENTO - VW/15,190 EOD SUPER 2010/2011
00146	4	UN	17657	ESCAPAMENTO - VW/15,190 EOD SUPER 2010/2011
00147	4	UN	17658	TUBO DE DESCARGA PRIMARIA - VW/15,190 EOD SUPER 2010/2011
00148	4	UN	28563	EMBREAGEM DA VW/15.190 EOD SUPER 2010/2011
00149	10	UN	17074	CATRACA DIANTEIRA AUTOMATICA - VW/15.190 EOD SUPER 2010/2011
00150	10	UN	18215	CATRACA TRASEIRA AUTOMATICA - VW/15.190 EOD SUPER 2010/2011
00151	8	JG	28565	PALHETA DE PARABRISA VW/15.190 EOD SUPER 2010/2011
00152	5	UN	28567	VALVULA REGULADORA DE FREIO VW/15.190 EOD SUPER 2010/2011
00153	10	JG	49227	JUNTA DE CABEÇOTE COMPLETO
00154	30	UN	49228	FILTRO DE COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTE
00155	4	UN	17666	CILINDRO DE FREIO RODA TRASEIRA - FIAT DOBLO ATTRACTIV 1.4 2012/2013
00156	4	UN	17214	CUBO DE RODA TRASEIRA - FIAT DOBLO ATTRACTIV 1.4 2012/2013
00157	4	UN	17017	CUBO DE RODA DIANTEIRO - FIAT DOBLO ATTRACTIV 1.4 2012/2013
00158	4	JG	17982	CORREIA SINCRONIZADORA DENTADA FIAT DOBLO 2012
00159	4	UN	21185	CAMPANA DE FREIO - FIAT DOBLO ATTRACTIV 1.4 2012/2013
00160	4	UN	28569	DISCO DE FREIO FIAT DOBLÔ 2012
00161	10	KT	17674	KIT REPARO RODA - JUNTA HOMOCINÉTICA - FIAT DOBLO ATTRACTIV 1.4 2012/2013
00162	10	UN	21885	PASTILHA DE FREIO - FIAT DOBLO 1.4 2011
00163	4	UN	17987	POLIA TENSORA DA CORREIA DENTADA - FIAT DOBLO ATTRACTIV 1.4 2012/2013
00164	10	UN	17677	SAPATA DE FREIO - FIAT DOBLO ATTRACTIV 1.4 2012/2013
00165	8	UN	17678	ROLAMENTO RODA DIANTEIRA - FIAT DOBLO ATTRACTIV 1.4 2012/2013
00166	8	UN	17679	ROLAMENTO RODA TRASEIRA - FIAT DOBLO ATTRACTIV 1.4 2012/2013
00167	2	UN	28570	PARABRISA FIAT DOBLÔ 2012
00168	3	UN	28571	PALHETA DE PARABRISA FIAT DOBLÔ 2012
00169	4	UN	28572	EMBREAGEM FIAT DOBLÔ 2012
00170	8	KT	17996	KIT FECHADURA TRASEIRA - FIAT DOBLO ATTRACTIV 1.4 2012/2013



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

00171	8	KT	17684	KIT FECHADURA LATERAL DIREITA COM MAÇANETA - FIAT DOBLO ATTRACTIV 1.4 2012/2013
00172	3	JG	49229	JUNTA DE CABEÇOTE COMPLETA
00173	2	UN	17685	CORREIA SINCRONIZADORA DENTADA - MITSUBISHI L200 TRITON GLS D 2015/2016
00174	4	UN	17999	CORREIA DO ALTERNADOR - MITSUBISHI L200 TRITON GLS D 2015/2016
00175	2	UN	28573	COLO DO FREIO DE MÃO L200 TRITON 2015/2016 GLS
00176	6	UN	19562	CRUZETA DO CARDAM - MITSUBISHI L200 TRITON GLS D 2015/2016
00177	6	UN	28574	PASTILHA DE FREIO L200 TRITON 2015/2016 GLS
00178	2	UN	28575	TENSOR DA CORREIA DENTADA L200 TRITON 2015/2016 G
00179	4	UN	28576	ROLAMENTO DE RODA DIANTEIRO L200 TRITON 2015/2016
00180	4	UN	17692	ROLAMENTO DE RODA TRASEIRO - MITSUBISHI L200 TRITON GLS D 2015/2016
00181	6	UN	14290	ROLAMENTO DE CENTRO - MITSUBISHI L200 TRITON GLS D 2015/2016
00182	3	UN	28577	PALHETA DE PARABRISA L200 TRITON 2015/2016 GLS
00183	3	JG	49230	JUNTA DE CABEÇOTE
00184	2	KT	49231	KIT PISTÃO E ANEIS
00185	2	KT	49232	BRONZINA DE BIELA E MANCAL
00186	8	UN	28605	BUCHA DE BALANÇA INFERIOR E SUPERIOR CHEVROLET S10 2010
00187	2	UN	18017	JOGO CABO DE VELA - CAMIONETE GM S-10 ADVANTAGE S 2011/2011
00188	2	JG	28606	CORREIA SINCRONIZADA DENTADA CHEVROLET S10 2010
00189	2	UN	28614	CRUZETA CARDAM CHEVROLET S10 2010
00190	2	UN	18020	JUNTA DO MOTOR SUPERIOR - CAMIONETE GM S-10 ADVANTAGE S 2011/2011
00191	8	UN	28615	PIVO DO BRACO OSCIL SUSP DIANT IV CITY CLASS
00192	8	UN	28616	PASTILHA DE FREIO CHEVROLET S10 2010
00193	4	UN	28617	SAPATA DE FREIO CHEVROLET S10 2010
00194	2	UN	19682	TENSOR DA CORREIA DENTADA - S10 2012/2013
00195	2	JG	28610	VELAS DE IGNIÇÃO CHEVROLET S10 2010
00196	1	UN	18026	CHAVE DE SETA - CAMIONETE GM S-10 ADVANTAGE S 2011/2011
00197	1	UN	28618	PARABRISA CHEVROLET S10 2010
00198	1	UN	18272	BORRACHA DE PARABRISA - CAMIONETE GM S-10 ADVANTAGE S 2011/2011
00199	3	JG	28613	PALHETA PARABRISA CHEVROLET S10 2010



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

00200	2	KT	18030	KIT COMPLETO DO REPARO DA ALAVANCA DE CAMBIO - CAMIONETE GM S-10 ADVANTAGE S 2011/2011
00201	4	UN	28619	ROLAMENTO DE RODA DIANTEIRO CHEVROLET S10 2010
00202	4	UN	19684	ROLAMENTO DE RODA TRASEIRA - S10 2012/2013
00203	104	UN	49527	ÓLEO DOT 4G/ 1 LT
00204	205	UN	49528	ÓLEO 2T – 500ML
00205	33	UN	49529	DOT 3 – 1LT
00206	10	UN	49543	GRAXA INDUSTRIAL DE 20KG
00207	104	UN	49545	ARLA 32/ GALÃO 20LTS
00208	304	UN	49546	ADITIVO P/ RADIADOR – GALÃO 1 LT
00209	25	UN	49547	FLUIDO DE FREIO BASE MINERAL TUTELA AMBRA – 1LT
00210	15	UN	49548	FILTRO DE AR DA CABINE TRITON L-200 GLX 3.2 MOTOR A DIESEL ANO 2014/2015
00211	9	UN	49549	FILTRO DE AR TRITON L-200 GLX 3.2 MOTOR A DIESEL ANO 2014/2015
00212	9	UN	49550	FILTRO DE COMBUSTIVEL TRITON L-200 GLX 3.2 DIESEL ANO 2014/2015
00213	10	UN	49551	FILTRO DE AR DOBLO 1.4 2011/2014 FLEX
00214	4	UN	49552	FILTRO DE AR L-200 TRITON 2015 DIESEL S10
00215	10	UN	49553	FILTRO DE COMBUSTIVEL L-200 TRITON 2015 DIESEL S10
00216	20	UN	49554	FILTRO DE AR M/BENZ 1519 ORE 2017/2017
00217	30	UN	49555	FILTRO DE AR PRIMARIO MARCOPOLLO W8/W9
00218	10	UN	49556	FILTRO DE AR IVECO CITY CLASS 7C16 2013/2014
00219	50	UN	49557	ADITIVO RADIADOR 1LT
00220	10	UN	49558	FILTRO DE AR GOL 1.6 FLEX 2018
00221	100	UN	49559	FILTRO SECUNDARIO MARCOPOLLO W8/W9 2010/2015
00222	6	UN	49560	FILTRO DE AR UNO MILLE ECONOMY 1.0 FLEX 2009/2010
00223	10	UN	49561	FILTRO DE COMBUSTIVEL DOBLO 1.4 FLEX 2011/2014
00224	17	UN	49562	FILTRO DE COMBUSTIVEL IVECO CITY CLASS 70C16 2013/2014
00225	12	UN	49563	FILTRO DE COMBUSTIVEL M/BENZ 1519 ORE 2017/2017
00226	12	UN	49564	FILTRO LUBRIFICANTE IVECO CITY CLASS 70C16 2013/2014
00227	10	UN	49565	FILTRO LUBRIFICANTE L-200 TRITON 2015/2016
00228	15	UN	49566	FILTRO LUBRIFICANTE M/BENZ 1519 ORE 2017/2017
00229	10	UN	49567	FILTRO LUBRIFICANTE UNO MILLE ECONOMY 1.0 FLEX 2009/2010
00230	2	UN	49568	FILTRO COMBUSTIVEL UNO MILLE ECONOMY 1.0 FLEX 2009/2010



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

00231	12	UN	49569	FILTRO SEPARADOR DE ÁGUA IVECO CITY CLASS 70C16 2013/2014
00232	15	UN	49570	FILTRO SEPARADOR DE ÁGUA M/BENZ 1519 ORE 2017/2017
00233	18	UN	49571	FILTRO SEPARADOR DE ÁGUA PS10609 MARCOPOLO W8/W9 2010/2015
00234	30	UN	49572	FILTRO LUBRIFICANTE RACOR PSC353 MARCOPOLO W9
00235	40	UN	49573	FILTRO LUBRIFICANTE RACOR PS1 0606, P10503 MARCOPOLO W8
00236	2	UN	49574	FILTRO LUBRIFICANTE S10 2.4 FLEX 2015
00237	10	UN	49575	FILTRO DE AR ÔNIBUS W8
00238	40	UN	49576	FILTRO DE COMBUSTIVEL FF 5706 VW/NEOBUS 8.160 MINI ESCOLAR
00239	40	UN	49577	FILTRO LUBRIFICANTE LF 16015 VW/NEOBUS 8.160 MINI ESCOLAR
00240	40	UN	49578	FILTRO SEPARADOR DE ÁGUA 177J VW/NEOBUS 8.160 MINI ESCOLAR
00241	40	UN	49579	FILTRO DE AR VW/NEOBUS 8.160 MINI ESCOLAR
00242	10	UN	49580	FILTRO LUBRIFICANTE M/BENZ 416 SPRINTER
00243	10	UN	49581	FILTRO SEPARADOR DE ÁGUA M/BENZ 416 SPRINTER
00244	10	UN	49582	FILTRO DE COMBUSTIVEL M/BENZ 416 SPRINTER
00245	10	UN	49583	FILTRO DE AR M/BENZ 416 SPRINTER
00246	15	UN	49530	ÓLEO 10W40 SINTETICO – BALDE 20LT
00247	146	UN	49521	ÓLEO 15W 40 MINERAL API/A P/ MOTORES A DIESEL/ BALDE DE 20 LITROS
00248	215	UN	49522	ÓLEO 15W 40 MINERAL AAPI/SM P/ MOTORES A GASOLINA/ ETANOL – 1LT
00249	103	UN	49523	ÓLEO ATF MINERAL P/ DIREÇÃO E TRANSMISSÃO/GALÃO 20LTS
00250	40	UN	49524	ÓLEO 140 API/GL5 – GALÃO 20LTS

4.1. DA ESTIMATIVA DE GASTOS

4.1.1. O valor estimado para a contratação foi apurado com base em pesquisa de preços realizada no mercado, resultando no valor médio estimado para os objetos licitados, conforme demonstrado nos autos do processo administrativo.

4.1.2. A estimativa de preços foi obtida por meio da média aritmética dos valores coletados, observando-se os parâmetros previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, servindo como referência para análise da vantajosidade das propostas.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado após a emissão da Nota Fiscal Eletrônica, devidamente atestada pelo responsável da unidade requisitante, junto com todos as certide após a regular liquidação da despesa, até o 15º (décimo quinto) dia útil



ESTADO DE GOIÁS GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

do mês, mediante crédito em conta corrente da contratada.

5.2. A contagem do prazo de pagamento terá início a partir da data de entrega da Nota Fiscal, desde que atendidas todas as exigências legais e contratuais.

5.3. Havendo erro na Nota Fiscal ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o documento será devolvido à contratada para correção, ficando o pagamento suspenso até a regularização, sem que disso decorra qualquer ônus ao Município de Padre Bernardo – GO.

6. DA FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

6.1. O fornecimento do objeto será realizado em remessa única, conforme a necessidade da Secretaria solicitante, no prazo máximo de 10 (DEZ) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do instrumento contratual, quando houver.

6.2. Os produtos deverão ser entregues na sede do órgão contratante, de segunda a sexta-feira, no horário das **07h00 às 11h00 e das 14h00 às 16h00**.

6.3. Não serão aceitas entregas realizadas fora dos horários estabelecidos, ficando a Administração isenta de qualquer responsabilidade quanto ao recebimento.

6.4. A Secretaria Municipal de Educação reserva-se o direito de recusar o recebimento de materiais em desacordo com as especificações deste instrumento, podendo rescindir o contrato e aplicar as sanções previstas no art. 90 da Lei nº 14.133/2021, inclusive a convocação dos licitantes remanescentes, quando cabível.

6.5. A contratada compromete-se a garantir a qualidade integral dos produtos fornecidos, obrigando-se a substituir, imediatamente e às suas expensas, quaisquer materiais que apresentem defeitos, avarias ou desconformidades.

6.6. Todas as despesas decorrentes do fornecimento, incluindo transporte, seguros, tributos e encargos, correrão por conta exclusiva da contratada.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA CONTRATADA

7.1. São obrigações da contratada, além das previstas em lei:

- I – Entregar os produtos em perfeitas condições, nos prazos e locais estabelecidos, conforme as especificações do edital e da proposta apresentada;
- II – Apresentar Nota Fiscal com indicação detalhada de marca, fabricante, modelo, procedência e garantia;
- III – Fornecer, quando aplicável, manual do usuário em língua portuguesa e relação da rede de assistência técnica autorizada;
- IV – Responsabilizar-se pelos vícios e danos dos produtos, nos termos dos arts. 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor;
- V – Substituir ou corrigir, às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, produtos com defeitos ou avarias;
- VI – Atender prontamente às solicitações da Administração;
- VII – Comunicar, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, eventual impossibilidade de cumprimento do prazo de entrega;
- VIII – Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas;



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

IX – Não transferir ou subcontratar o objeto, salvo nas hipóteses expressamente autorizadas.

X – Todos os produtos ofertados deverão estar em conformidade às normas técnicas vigentes da ABNT e aos padrões internacionais de qualidade ISO aplicáveis ao setor automotivo.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO CONTRATANTE

8.1. Compete ao órgão contratante:

I – Receber provisoriamente o objeto;

II – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual por representante designado;

III – Verificar a conformidade dos materiais recebidos para fins de recebimento definitivo;

IV – Efetuar os pagamentos nos prazos e condições pactuados.

9. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

Nos termos do art. 45 da Lei nº 9.784/1999, a Administração poderá adotar medidas acauteladoras, inclusive retenção de pagamentos, quando houver risco iminente de dano de difícil ou impossível reparação, mediante decisão motivada.

10. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

10.1. A fiscalização será exercida por representante da Administração, devidamente designado.

10.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, conforme disposto no art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

11. DO FUNDAMENTO LEGAL

11.1. A presente contratação, na modalidade Sistema de Registro de Preços, fundamenta-se na Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se o princípio da economicidade.

12. DA VIGÊNCIA

12.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

*Manutenção do Transporte Escolar –

• Material de Consumo – **06.28.12.361.0390.2.020** – Ficha **446**

*Obras Instalações e Equipamentos e Veículos da Educação –

• Material de Consumo – **06.28.12.361.0068.1.904** – Ficha **437**

14. DO GESTOR DO CONTRATO

14.1. A gestão do contrato ficará a cargo do **Sr. Leonardo Aparecido Dias**, CPF nº **798.707.321-00**, representante da Secretaria Municipal de Educação.

15. DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da Comarca de Padre Bernardo – GO, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

ANEXO II
EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) nº: 017/2026
PROCESSO Nº 669/2026
PROCESSO 1DOC Nº 505/2026

Declaração de Enquadramento Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

A licitante , inscrita no CNPJ sob o nº , DECLARA sob as penas da lei, por intermédio de seu representante legal, que não há nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, e que a licitante se enquadra na condição de .

, de de 2026. (local e data)

Assinatura, qualificação e carimbo (representante legal)



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

ANEXO III

EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) nº: 017/2026

PROCESSO Nº 669/2026
PROCESSO 1DOC Nº 505/2026

Declaração de Pleno Atendimento

A licitante _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARA sob as penas da lei, que atende plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos para participar do Pregão Eletrônico em epigrafe.

A licitante _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARA ainda sob as penas da lei, que o e-mail que será utilizado para receber notificações e informações será: .

_____, _____ de _____ de 2026.

(local e data)

Assinatura, qualificação e carimbo (representante legal)



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

ANEXO IV

EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) nº: 017/2026

PROCESSO Nº 669/2026
PROCESSO 1DOC Nº 505/2026

Declaração de Empregador Pessoa Jurídica

_____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, _____ o(a) Sr.(a) _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, DECLARA sob as penas da lei em cumprimento a disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

_____, _____ de _____ de 2026.

(local e data)

Assinatura, qualificação e carimbo(representante legal)



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

ANEXO V
EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) nº: 017/2026
PROCESSO Nº 669/2026
PROCESSO 1DOC Nº 505/2026

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º

O(A).....(órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202. , publicada no de/...../202....., processo administrativo nº, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº XXXXX, de XX de XXXX de 202X, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo [d o edital de Licitação nº/20...], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UND	MARCA	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01						

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

3.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

3.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

3.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 3.1.

Dos limites para as adesões

3.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preçovantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.



ESTADO DE GOIÁS GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 4.7, observando o item

4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, §4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em () vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Local e data Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

ANEXO VI
EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) n°: 017/2026
PROCESSO N° 669/2026
PROCESSO 1DOC N° 505/2026

MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

Ao

PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PADRE BERNARDO, GO

Prezados Senhores,

____(nome da empresa)____, CNPJ/MF n.º____, sediada ____ (endereço completo)____, tendo examinado o Edital, vem apresentar a presente proposta para a contratação, em conformidade com o Edital mencionado, conforme planilha e condições abaixo, já inclusos todos os custos diretos e indiretos, lucros e encargos, impostos, taxas e demais custos incidentes, inclusive transportes.

Validade de 60 (sessenta) dias.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UND	MARCA	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01						

Local e data Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)